

## 12 - Angola

independência, conflito e normalização

Joveta Jose

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

JOSE, J. Angola: independência, conflito e normalização. In: MACEDO, JR., org. *Desvendando a história da África* [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. Diversidades series, pp. 159-179. ISBN 978-85-386-0383-2. Available from: doi: [10.7476/9788538603832](https://doi.org/10.7476/9788538603832). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/yf4cf/epub/macedo-9788538603832.epub>.

---



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

## ANGOLA: INDEPENDÊNCIA, CONFLITO E NORMALIZAÇÃO

*Joveta Jose*

É talvez demasiado pretensioso e ousado escrever um texto desta natureza, *Angola: Independência, Conflito e Normalização*, não somente por causa da intensidade das evoluções e dos retrocessos das condições sociais e econômicas em Angola, mas também porque talvez não tenha ainda decorrido o tempo necessário para uma compreensão histórica das transformações que se operaram no país.

Para o presidente de Angola, os problemas que este país enfrenta desde a delimitação das suas fronteiras em 1885 até os dias atuais são bastante complexos. Para ele:

Muitos dos nossos problemas têm a idade de Angola e são complexos, outros, de caráter políticos, têm a idade da independência e também são complexos. Os primeiros relacionam-se com a construção da nação angolana nos limites das fronteiras definidas na conferência de Berlim em 1885 e por outros acordos entre as potências coloniais. Eles são tratados e equacionados sistematicamente com base na legislação fundamental do Estado e do princípio livre aceite, ou pelo menos consentido... Os outros são decorrentes de várias conexões que interligam pessoas e interesses angolanos e estrangeiros numa teia de esquemas, mecanismos e instrumentos em que se distinguem duas categorias: nacionalistas e agentes de neocolonialismo (Santos, 2000, p. 7).

São várias questões enfrentadas que vão desde a estabilização da economia, pacificação dos espíritos marcados por longo período de guerra civil; encontrar caminhos da democracia acompanhada de reformas sociais para diminuir o estado de pobreza que tem assolado todo o país; melhorar as más condições de habitação, sanitárias e ambientais. Dentre todas essas dificuldades, a maior delas estava em instituir um ponto final na guerra civil que durou vinte e sete anos e que reduziu a capacidade de resolução de variáveis estruturais, e o país

seguiu sua trajetória histórica marcada por longos retrocessos e ínfimos avanços na sua afirmação como país soberano.

## Período Pré-Colonial e a Resistência à Colonização

Quando, em 1482, os primeiros portugueses chegaram às costas dos territórios que seriam mais tarde a pátria angolana, conduzidos por capitão Diogo Cão, já existiam formações econômico-sociais de classes fortemente organizadas, como, por exemplo, o reino do Congo com os seus principais tributários ou reinos submetidos: Loango, Kakongo, Bata, Ngoyo, Ndongo, Reino da Lunda, com os vizinhos Luba e Kazembe; a zona onde existia ainda a formação econômico-social do Comunismo Primitivo como as tribos do sul, os bosquimanos que desconheciam a agricultura e a pastorícia. O reino do Congo e o reino da Lunda foram os principais centros de formação econômico-social, dominando o modo de produção escravagista, em que o principal trabalho produtivo era feito por escravos, ao passo que os principais beneficiários desses produtos eram a aristocracia, dona dos escravos, e os chefes administrativos das províncias e dos distritos. Os principais reinos eram Ndongo, Congo, Estados livres da Kissama, Matamba e Kassarje.

A princípio, os portugueses estabeleceram relações cordiais com as autoridades locais e conseguiram, através delas, introduzir o cristianismo, chegando a alterações de nomes e localidades, como, por exemplo: Nzinga Nkuvu teve o nome alterado para D. João I; Mbenda a Nzinga – D. Afonso I; Nkanga a Mbemba – D. Pedro I; Nkudi a Mpudi – D. Diogo I; Mbemba a Nzinga – D. Afonso II; Nempazu a Nimi – D. Álvaro II, etc. Gradualmente, os portugueses foram captando as populações nativas e efetuando a ocupação do território por meio de uma colonização a princípio representada, exclusivamente, por missionários católicos e por comerciantes.

Assim, durante pelo menos cinco dezenas de anos que durou essa fase, os portugueses mantiveram as relações pacíficas que haviam estabelecido logo no início. As investidas militares começaram com o governador Paulo Dias de Novais nos anos 1560-1574, através de uma intensa atividade que se traduziu por uma ocupação de carácter acentuadamente militar, ao mesmo tempo em que continuou a ação assimiladora pelos padres jesuítas, os quais estavam encarregados de civilizar pela cristianização dos povos nativos. Paulo Dias de Novais chegou a ser preso e feito escravo pelo rei Ngola Kiluanje no reino do Ndongo durante seis anos. Ao fim desse período, Ngola Kiluanje mandou Novais e um embaixador do rei a Portugal para solicitar ajuda de Portugal na luta contra os reinos vizinhos, assim como pretendia fazer comércio pacífico com Portugal. Em 1575, Novais chegou de novo na Baía de Luanda, construiu uma igreja e deu início à povoação de Luanda.

Os portugueses perderam uma considerável parte de Angola para os holandeses, inclusive Luanda – o porto para embarcar os escravos que iam para o Brasil. Os colonizadores portugueses lutaram de 1641 a 1648 para a recuperação de Luanda desalojando os invasores holandeses. Em socorro aos portugueses, o Brasil reuniu navios e homens em 1648 partindo de Recife rumo a Luanda, uma missão militar para libertar a província ultramarina das mãos dos holandeses. O reduto de Massagano resistiu a todos os ataques dos holandeses aos portugueses até a chegada das forças expedidas do Brasil. O domínio holandês em Angola durou oito anos. O desenvolvimento das manufaturas nas Américas levou os portugueses a implementar a compra de nativos cativos dos reis e transformá-los em escravos e a convencer as autoridades a guerrearem-se entre si para obter mais escravos destinados ao trabalho forçado nas Américas e em suas colônias de São Tomé e Brasil.

As campanhas militares deste tempo e a ocupação colonial não conseguiram acabar com a resistência progressista do povo angolano. A independência do Brasil em 1822 veio a trazer muitas complicações à política portuguesa em Angola, pois os brasileiros já pensa-

vam em juntar Angola na Federação antes da independência, para continuar a receber escravos ou fazer de Angola um mercado para produtos brasileiros. Os ricos usineiros do Brasil naquela época não queriam que Portugal fosse intermediário da venda do açúcar em Angola, assim como estavam interessados em industrializar o Brasil à semelhança dos países da Europa. As classes ricas da colônia de Angola estavam divididas porque o capital angolano era ainda fraco comparado ao do Brasil. Alguns angolanos das classes ricas queriam que Angola fosse independente, como o Brasil; outros queriam que Angola continuasse ligada a Portugal e aqueles que economicamente estavam ligados ao Brasil queriam a independência, mas que entrasse na federação com o Brasil.

Essa animosidade provocou cada vez mais revoltas, protestos, manifestações em Luanda e Benguela<sup>1</sup> (que eram pontos de litoral mais importantes) contra Portugal ou, então, contra o Brasil. O povo angolano não ficava quieto e calado por ter sido dominado pelos colonialistas portugueses. Todas as ocasiões eram aproveitadas para tentar a libertação. Mas as condições não estavam ainda maduras para uma revolta nacional, e a revolta mais conhecida do planalto é a de Mutu Ya Kevela em 1902, dentre as várias manifestações. É de se realçar que o avanço português foi devido à desunião que conseguiram criar entre os angolanos.

Os interesses para ocupar a África não estavam confinados apenas para os portugueses. Inglaterra, França, Alemanha, Bélgica faziam comércio com a África e aqui procuravam o ouro, marfim e escravos. Angola não era uma colônia de ocupação, mas uma praça comercial na época.

Em 1884, os países imperialistas já tinham ocupado grande parte de África, mas havia ainda áreas de conflito, principalmente as áreas sob o domínio dos portugueses. O aumento desses conflitos

---

<sup>1</sup> Luanda e Benguela passaram pela mão dos holandeses e Benguela, até pela dos franceses, em 1705.

fez com que os Estados imperialistas de todo o mundo convocassem a famosa Conferência de Berlim em 1884-1885 para dividir a África entre eles. Entre os pontos importantes da conferência, definia-se que só podia ter territórios coloniais quem os ocupasse com tropas, a obrigação de respeitar os tratados de protectorados com os soberanos africanos, o fim da escravatura e a adoção de medidas de civilizar os nativos.

No entanto, só cerca de 1900 é que os portugueses conseguiram controlar toda a extensão do vasto território, que constitui hoje a República de Angola. Mas, mesmo depois de 1900, os angolanos continuaram a resistir ao domínio português.

A população de Angola, que em 1940 era de 3.738.010 habitantes, elevou-se a 4.145.184 em 1950. Esses números revelam-nos que a população total sofreu um aumento de cerca de 11% no decurso do decênio e que, individualmente, o maior crescimento correspondeu aos brancos, que representou 78,9%<sup>2</sup>, porque Portugal criou incentivos para a emigração dos portugueses para Angola. Nessa época, o sistema de ensino oficial em Angola subdividia-se em dois setores distintos: um para nativos e outro para brancos e assimilados (filhos de famílias de cor negra, mas civilizadas), mas essa distinção era apenas em função de grau de desenvolvimento mental e social.

Fundamentalmente, havia dois graus de ensino em Angola, isto é, o Primário e o Secundário. O ensino primário era rudimentar, geral e complementar, enquanto que o ensino secundário era liceal, técnico, profissional e magistério primário. O ensino primário era destinado a crianças nativas em grau atrasado de civilização, sendo exercido oficialmente pelas missões católicas portuguesas. Incluía uma classe preparatória e três classes ascendentes, cada uma correspondendo a um ano escolar. O ensino geral e elementar era destinado a

---

<sup>2</sup> Informações extraídas do livro organizado pela Direcção dos Serviços de Economia. *Angola: Província de Portugal em África*. Luanda: Gráfica de Publicações Unidade, 1953, p. 40.

brancos e assimilados que compreendiam de três a quatro anos escolares e terminavam com exames na 3ª e 4ª classes (séries).

## A Luta pela Libertação Colonial

Em 1953, nasceu o primeiro partido político nacionalista – PLUA (Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola) –, que lançou o manifesto que convidava os angolanos a se organizarem clandestinamente. Alguns dirigentes do PLUA e de outras organizações clandestinas criaram o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), em 10 de dezembro de 1956, que possuía ampla representação em território angolano e tinha nítidas diretrizes e orientações ideológicas marxistas. Além do MPLA, surgiram outros movimentos para a independência de Angola, como o MINA (Movimento para Independência Nacional de Angola), a UPNA (União das Populações do Norte de Angola), transformado depois em UPA (União das Populações de Angola), e outras organizações regionais ou de tendências reformistas.

Algumas das organizações regionais evoluíram para forças organizadas de libertação de Angola. É o caso da FNLA (Frente Nacional para a Libertação de Angola), fundada em 1962 na região Norte, como desdobramento da UPA, e a UNITA (União Nacional para Independência Total de Angola), surgida em 1966 como uma dissidência da FNLA, liderada por Jonas Savimbi, com a FALA (Forças Armadas de Libertação de Angola) na região Sul, além do MPLA, movimento hegemônico representado proporcionalmente em todo o território angolano com a FAPLA (Forças Armadas Populares de Libertação de Angola).

Em 4 de fevereiro de 1961, foram atacadas as cadeias de Luanda com participação de jovens e trabalhadores da capital enquadrados por militantes do MPLA, para libertar os presos políticos. Assim, tem início a luta armada pela independência nacional. As riquezas naturais presentes no país, principalmente a opulência de jazidas de petróleo e diamantes, contribuíram para acirrar as disputas entre os

movimentos pela independência, como também despertaram a cobiça e o interesse internacional no conflito angolano. Os movimentos pela libertação receberam apoios financeiros, bélicos e humanos da comunidade internacional. Assim, o MPLA, com sua orientação socialista, recebeu apoio da antiga União Soviética, de Cuba e de outros países do ex-Pacto de Varsóvia. A FNLA recebeu apoios dos EUA e do Zaire (atual República Democrática do Congo). A UNITA recebeu apoio da África do Sul no período do *Apartheid* e dos EUA.

No período de 1962 a 1975, Angola atravessou um surto de crescimento econômico que se acelerou a partir de 1968. O PIB cresceu em termos reais à taxa média anual de cerca de 4% entre 1953 e 1963, subindo para 7% entre 1963 a 1973. Nesse ano, o hipermercado Pão de Açúcar (capitais brasileiros) inaugurava em Luanda, a capital de Angola, uma das lojas mais modernas do mundo.

A luta travada pelos três movimentos contra a dominação portuguesa em Angola forçou Portugal a negociar e a assinar com os movimentos o conhecido Acordo de Alvor, em janeiro de 1975, no qual estabelecia a constituição do governo de transição composto pelos membros do MPLA, FNLA, UNITA e representantes do governo português, que iriam transferir o poder para os movimentos de libertação e marcaram a independência para 11 de novembro daquele ano. As divergências entre os movimentos se aprofundaram, e o MPLA, que possuía o maior apoio popular e militar, saiu da frágil aliança e, no dia marcado, proclamou unilateralmente a independência de Angola em Luanda. O Brasil foi o primeiro país a reconhecer a legitimidade do governo do MPLA.

## Independência e a Primeira Guerra Civil

Com a Revolução dos Cravos (25 de abril de 1974), que derrubou a ditadura de Salazar–Marcelo Caetano, Portugal inflectiu para a esquerda e tratou de retirar suas tropas de Angola, aceitando que a antiga colônia se tornasse independente, com ascensão ao poder de



movimentos revolucionários que, através da guerrilha, lutavam havia vários anos para emancipar o país.

O Brasil reconheceu estrategicamente os movimentos de libertação, principalmente o MPLA, que era hegemônico em todo o território angolano, evitando que Angola ficasse inteiramente à mercê da ex-União Soviética e de Cuba, em uma região considerada como parte da área de fronteira e influência. Esse raciocínio levou o governo Ernesto Geisel (1974-1979) a reconhecer, juntamente com Cuba e ex-União Soviética, o MPLA sob a liderança de Dr. Antonio Agostinho Neto, que disputava o poder com a FNLA, de Holden Roberto, sustentada pelos EUA e pela República do Zaire (hoje República Democrática do Congo) e da UNITA, de Jonas Malheiro Savimbi, com apoio da África do Sul. Informes do Itamaraty indicavam que o MPLA, com domínio na capital Luanda e nas mais importantes cidades do país, tinha todas as condições para se consolidar no poder (*O Estado de São Paulo*, 28/02/1976, p. 10). Além do mais, era o único dos três movimentos de libertação que possuía compromissos com a cultura do país, sem se definir, nitidamente, como comunista, devido ao carácter religioso e regional de sua composição. O reconhecimento imediato permitiu dissipar as desconfianças dos angolanos, mantendo a missão em Luanda e defender seus interesses no país.

O governo Geisel não teve realmente alternativa senão reconhecer e apoiar o regime revolucionário do MPLA que se instalou em Angola, a fim de defender e consolidar os crescentes interesses econômicos e geopolíticos do Brasil na região sul da África. A solidariedade com Portugal, cuja política, sob Salazar, visava a manter as colônias, principalmente Angola, como província ultramarina, levantara contra o Brasil no continente africano desconfiança e hostilidade, alimentada mais ainda pelo carácter fortemente conservador do regime autoritário.

Solucionada a questão da independência, Angola ficou mergulhada na primeira guerra civil desde o final de 1975 a 1991, derivada do conflito entre os diferentes projetos de governo defendidos pelos movimentos de libertação. A FNLA se dissolveu como

grupo armado, mas a UNITA abraçou a defesa do capitalismo com o apoio dos EUA e da África do Sul do regime do *Apartheid*, recebendo as possíveis influências que a vitória do movimento de esquerda do MPLA, de maioria negra, poderia causar na região Austral da África. Tal conflito civil motivou a elaboração e a realização das missões de paz da ONU em Angola em 1988, coincidentemente no momento de término da Guerra Fria em escala mundial, com a desmobilização da bipolaridade e do acirrado conflito ideológico nas relações internacionais.

As origens da guerra civil em Angola residiram em diversos fatores, entre os quais cabe mencionar: 1) os projetos diferentes para o futuro governo de Angola no imaginário dos movimentos de libertação nacional; 2) o grande montante de recursos minerais, principalmente diamantes e petróleo existentes no território angolano, que, além de atiçarem a cobiça e os interesses internacionais, em si mesmas sediavam o conflito; 3) a intervenção de países como ex-URSS, Cuba, EUA, Zaire, África do Sul e outros atores internacionais, especialmente no auge da Guerra Fria, os quais polarizaram mais ainda as disputas internas pelo controle do governo de Angola; 4) a postura tendenciosa de Portugal na elaboração e aplicação do modelo de governo de transição de colônia para a independência através do Acordo de Alvor, cujos signatários foram o governo português, o MPLA, a UNITA e a FNLA que influenciaram de forma decisiva o agravamento das disputas no país.

De 1960 até o fim do conflito bipolar, em 1989, os blocos liderados pelos EUA, o capitalista, e pela ex-União Soviética, o socialista, incentivaram e influenciaram de forma determinante a evolução do conflito angolano em suas diversas fases, da luta anticolonial para a independência, passando da guerra civil à tentativa de pacificação e resolução do conflito. O interesse despertado por Angola em ambas as potências durante a Guerra Fria encontra justificativa se são levadas em conta as riquezas minerais consideráveis no subsolo de Angola, a localização estratégica de Angola na região do Atlântico Sul,

que derivou, sobretudo, a consideração geopolítica e geoestratégica de Angola tanto pelos EUA como pela ex-União Soviética.

Outros países que intervieram no conflito angolano seguiram, de maneira geral, as diretrizes e orientações de política externa de uma ou outra entre as duas superpotências. Terminada a Guerra Fria, EUA, Rússia e Portugal compõem a *Troika* de observadores e participantes ativos nas negociações de paz e monitoradores da execução dos acordos de paz em Angola, desde 1990.

Levando em consideração a íntima ligação existente entre a dimensão regional e internacional do conflito, as potências mundiais incentivaram, apoiando posições opostas. Por isso, a primeira tentativa de buscar a solução para o conflito consistiu em uma negociação conjunta, sugerida pelos EUA e conhecida como a política de *linkage*, a qual consistia no estabelecimento de vínculos de dependência para a resolução de problemas relacionados, como, por exemplo, a retirada das tropas cubanas de Angola.

## Acordos e Missões de Paz da ONU e a Segunda Guerra Civil

Na primeira tentativa, a negociação conjunta envolveu os principais e os imediatamente implicados na disputa: Angola, Cuba, África do Sul e Namíbia com a observação dos EUA e da URSS, cujos resultados originaram a proposta de resolução do conflito, expressa nos Acordos de Nova Iorque, assinados na sede das Nações Unidas entre Angola, Cuba e África do Sul em 22 de dezembro de 1988, e bilateral entre Angola e Cuba, que previa a retirada simultânea das tropas cubanas e sul-africanas de Angola, assim como conferia a independência da Namíbia. Nasceu desses Acordos a UNAVEM I (Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola), sob proposta do Secretário-Geral da ONU para fiscalizar a retirada dos cubanos. A UNAVEM I foi a missão de manutenção da paz bem-sucedida, expressa na rapidez e agi-

lidade com que os Acordos de Nova Iorque foram cumpridos. Em 21 de março de 1990, a Namíbia proclamou a independência com a vitória da SWAPO (South-West Africa Peoples Organization) nas eleições realizadas em novembro do ano anterior e, em 26 de maio de 1991, a retirada das tropas cubanas foi completada.

Em 31 de maio de 1991, depois de muitos meses de negociação entre representantes do governo angolano – MPLA e da UNITA – sob a mediação da *Troika* de observadores, são assinados os Acordos de Bicesse em Portugal, e a ONU é convidada a fiscalizar os Acordos com a criação da UNAVEM II. Rubricaram os Acordos de Paz de Angola: José Eduardo dos Santos (presidente de Angola); Jonas Malheiro Savimbi (líder da UNITA); Cavaco da Silva (Primeiro-Ministro português); Peres Cuellar (Secretário-Geral das Nações Unidas); James Baker (secretário pela política externa dos EUA), Alexandre Brassmertnykh (secretário para política externa da URSS) e Joweri Musevini (presidente da Organização da Unidade Africana – OUA). Os acordos de Bicesse estabeleciam o cessar-fogo, a unificação das tropas da UNITA e do governo em um exército único e a realização de eleições gerais, com ampla liberdade partidária. A UNITA e a FNLA registraram-se como partidos. Savimbi foi recebido em Luanda no Palácio de Futungo de Belas pelo presidente José Eduardo dos Santos, sucessor de Agostinho Neto (primeiro presidente de Angola, falecido em 1979).

A UNAVEM II tinha como objetivo primordial de seu mandato a supervisão e a implementação dos Acordos de Bicesse, incluindo a supervisão das eleições para o executivo e o legislativo do país e que ocorreriam nos dias 29-30 de setembro de 1992. A ONU deu destaque às eleições de 1992 refletidas em uma série de expectativas com relação ao acontecimento, sobretudo com a possibilidade de unificação nacional e pacificação efetiva de Angola. Mas, essas expectativas não se confirmaram. A UNITA contestou os resultados das eleições de setembro de 1992, embora estudos efetuados pela ONU e com participação de observadores independentes considerarem que

as eleições foram justas e legítimas, e que a incidência de pequenas fraudes eleitorais se deu nas áreas controladas pela UNITA, onde a propaganda política de grupos opositores foi proibida e tentou-se impedir o voto contra a UNITA. Com o resultado das eleições, o MPLA tornou-se governo legítimo de Angola, e a UNITA reagiu a essa situação, retomando a guerra civil com toda a força. A segunda guerra civil de Angola iniciou em 30 de outubro de 1992 após a divulgação do resultado das eleições.

Nessas primeiras eleições multipartidárias realizadas em Angola, o MPLA obteve 53,7% dos votos válidos e a UNITA 34,1%, conquistando 70 cadeiras no parlamento. O candidato presidencial do MPLA, José Eduardo dos Santos, obteve 49,57% dos votos e Savimbi, 40,07%. Portanto, havia a necessidade de realização de um segundo turno. Mas a UNITA não aceitou o resultado das urnas, alegando fraude, embora os observadores internacionais, inclusive da ONU, que haviam monitorado as eleições, considerassem terem sido livres e justas. Em outubro, antes do segundo turno, a UNITA arregimentou suas tropas e tentou derrubar o governo a partir da capital. Luanda amanheceu em polvorosa no dia 30 de outubro de 1992, com violentos confrontos que duraram quase uma semana e deixaram um saldo de quase mil mortos. A UNITA foi expulsa da capital e instalou seu quartel-general na província do Huambo. A essa altura, o regime socialista angolano havia sido substituído gradualmente pela economia de mercado, com abertura ao capital estrangeiro e pluripartidarismo, o Muro de Berlim tinha caído e a União Soviética se desfazia. O nacionalismo anticomunista de Savimbi já não obtinha ressonância nem nos Estados Unidos.

A atuação da UNAVEM II não se encerra com o fracasso do resultado das eleições divulgadas em outubro de 1992, cuja característica foi “quem ganha leva tudo”. Ao contrário, a ONU reconhece o retorno do conflito bélico em Angola e promove extensões desta missão através de resoluções do Conselho de Segurança. Durante o seu mandato, a UNAVEM II foi demasiadamente

complacente com a UNITA, mesmo quando este grupo insistia em violar os Acordos de Bicesse, pouca obediência às resoluções e sanções aprovadas pela ONU. O imobilismo da ONU em regular o conflito angolano derivou do seu Conselho de Segurança, composto pelas grandes potências do cenário político internacional, e que, durante o período de 1989 a 1994, verificava-se um fortalecimento dos EUA e a retração da Rússia devido ao fim da Guerra Fria. Os dois países envolveram-se profundamente na guerra civil de Angola, e seus interesses continuavam nítidos nesse país, influenciando sobremaneira a ação da comunidade internacional para o fim do conflito. Os EUA viam na paz uma via para a UNITA chegar ao poder com custos políticos e financeiros mínimos, enquanto que, para os outros países envolvidos no conflito, o envolvimento dos EUA era uma garantia suficiente com que se desenrolariam os acontecimentos em Angola.

O fim da Guerra Fria, a descoberta de reservas de petróleo consideráveis na costa angolana, o estatuto legal depois das eleições de 1992 e as perspectivas de negócios levaram os EUA, totais apoiadores da UNITA até as eleições, a reconhecerem finalmente o governo de Angola em 1993, abrindo caminho para as sanções contra a UNITA por parte da ONU, o que implicou naturalmente em uma gradual inversão das forças políticas, diplomáticas e militares em favor do governo legítimo de Angola.

A UNAVEM II é concluída em 1995 com uma percepção nítida de uma empreitada mal-sucedida, mas não encerrada. Em substituição, foi criada a UNAVEM III, como resultado da assinatura das negociações do Protocolo de Lusaka em 20 de novembro de 1994, cujo objetivo era auxiliar o governo angolano e a UNITA na consolidação do projeto de reconciliação nacional, por meio do respeito pelo resultado das eleições efetuadas em 1992 e pela busca de uma modalidade de participação nas instâncias do poder da parte derrotada nas eleições. Os primeiros problemas com o Protocolo de Lusaka e para sua implementação pela UNAVEM III começaram com a ausência de Jonas Savimbi

no ato da assinatura dos acordos, deixando um sentimento generalizado de descaso por parte da UNITA e sua conseqüente debilitação.

De fato, o Conselho de Segurança da ONU reconheceu em várias resoluções a UNITA como a promotora dos maiores obstáculos à concretização do Protocolo de Lusaka, bem como ressaltou os esforços positivos do governo de Angola na criação do GURN (Governo da Unidade e Reconciliação Nacional). O líder da UNITA, Jonas Savimbi, mais uma vez não compareceu na posse do GURN – governo de coalizão nacional, agindo de forma semelhante quando da assinatura do Protocolo de Lusaka, reduzindo estrategicamente a legitimidade desta nova administração do governo e, conseqüentemente, restringindo as chances de sucesso da reunificação do país.

Com a inauguração do GURN, a UNAVEM III encerra as suas atividades em junho de 1997. Durante o planejamento e a elaboração da UNAVEM III, buscou-se superar as dificuldades que levaram ao insucesso da UNAVEM II, mas continuaram o imobilismo e a relutância do Conselho de Segurança em inibir efetivamente a violação dos acordos, notadamente por parte da UNITA. No Conselho de Segurança da ONU, houve uma excessiva confiança na boa-vontade cooperativa de partes historicamente opostas (MPLA e UNITA), não tomando medidas eficazes e enérgicas necessárias para controlar o conflito angolano.

A missão da UNAVEM III foi substituída pela MONUA (Missão de Observação das Nações Unidas em Angola) em 30 de junho de 1997. Seu mandato consistia em prestar auxílio às partes envolvidas no conflito na busca da consolidação da paz e reconciliação nacional, em uma tentativa de estabelecer um ambiente favorável e duradouro de estabilidade, desenvolvimento democrático e reabilitação do país, monitorando o clima político com a retirada gradual dos funcionários da ONU, na medida em que a extensão e presença da administração estatal pelo país e a neutralidade da polícia (incluindo a incorporação de membros da UNITA) fossem verificadas. A MONUA, dessa forma, foi projetada para ser a última das operações das Nações Unidas em Angola.

A missão da MONUA sai frustrada pelo tom nas resoluções do Conselho de Segurança, reconhecendo que a situação de Angola representa um perigo para a comunidade internacional. Seus representantes apelam para que todos os países-membros da ONU evitem taxativamente qualquer tipo de comércio com a UNITA, especialmente no caso de diamantes, que monitorem e bloqueiem quaisquer fluxos financeiros ligados à UNITA e a movimentação dos seus membros, incluindo o fechamento de suas representações. Antes de encerrar a MONUA, o Conselho de Segurança lamenta veementemente o abate de duas aeronaves a serviço da ONU em Angola na região controlada pela UNITA. Em janeiro de 1999, o presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, declara que a presença da ONU em Angola não era mais necessária, o que levou a encerrar as atividades da MONUA em 26 de fevereiro de 1999 com a retirada do seu pessoal e estabelecido apenas um escritório das Nações Unidas sem mandato e metas específicas.

### O Fim do Conflito, a Normalização e o Relançamento da Economia

A guerra civil em Angola, durante os vinte e sete anos, deixou milhares de mortos, mutilados, refugiados e milhões de deslocados internos, além de minas terrestres. Com o fim das missões militares da ONU, o governo de Angola cessou qualquer tipo de negociação ou entendimento com a UNITA, e as duas partes se engajaram intensamente na guerra civil, sem tréguas até 2002. Com a morte em combate de Jonas Savimbi, líder da UNITA, em 22 de fevereiro de 2002, foram criadas condições para uma certa margem de manobra na resolução definitiva do conflito angolano.

Agindo de uma forma considerada sensata, o governo de Angola não declarou uma vitória do MPLA nem do governo angolano, mas aproveitou as circunstâncias para estabelecer um acordo entre



as partes beligerantes, com vantagens mútuas, seja para o governo, com a pacificação do território, seja para UNITA. Evitando sérios riscos de sua dissolução e fragilidade para continuar a guerra, consegue-se finalmente a paz definitiva. Na seqüência desses acontecimentos, o governo de Angola declarou unilateralmente um cessar-fogo e iniciou uma série de contatos com as lideranças da UNITA, os quais evoluíram para as negociações de paz efetiva, culminando na assinatura do Memorando de Entendimento do Luena em 4 de abril de 2002.

Com o fim da guerra civil angolana, a UNITA reunificou-se (no momento da crise e sob o efeito das sanções impostas pela ONU depois dos Acordos de Lusaka, surgiu dissidência de muitos membros que fundaram a chamada UNITA-Renovada, reconhecida pela ONU e pelo governo de Angola) como partido político e reabilitou-se, participando da vida política de Angola. No cenário político, a principal pauta das discussões passou a ser o planejamento e a execução das eleições gerais que vêm sendo adiadas desde 2006, justamente com objetivos de melhorar as infra-estruturas que permitam acesso a todo o território nacional, a consolidação da paz, a reconciliação nacional, evitando-se durante esse período qualquer descuido que possa pôr em risco as estratégias reguladoras do país.

## Divisão Político-Administrativa, Hidrografia e Clima

Angola fica situado na costa da África Austral ao sul do Equador, nas latitudes 4° 22' e 18° 02' e as longitudes 11° 41' e 24° 05', possuindo um extenso território com 1.246.700 km<sup>2</sup>, inclui 7270 km<sup>2</sup> do enclave de Cabinda e uma fronteira marítima de 1.650 km. Tem suas fronteiras limitadas ao norte pelas Repúblicas do Congo (Brazzaville e Democrática), a leste pela República Democrática do Congo e Zâmbia, no sul pela República da Namíbia e a oeste pelo Oceano Atlântico.

Angola tem hoje 18 províncias (Estados): Uíge, Zaire, Lunda-Norte, Lunda-Sul, Malanje, Luanda, Benguela, Huambo, Huíla, Cabinda, Moxico, Kuanza-Norte, Kuanza-Sul, Bengo, Namibe, Quando-Cubango, Cunene e Bié. Mais de 75% da população pertence ao grupo étnico banto, que abrange os grupos etno-lingüísticos quicongo, quimbundo, umbundo, lunda-quioico, ganguela, n'haneca-humbe, hereró, *ambós* e xindonga. Todos esses grupos se dividem em subgrupos de línguas, mas o português é a língua oficial. Do ponto de vista religioso, professam-se crenças africanas tradicionais, para além de cristianismo (protestantes e católicos) e de religiões mistas entre as tradicionais e o cristianismo.

A superfície de todo o território angolano, para se ter uma idéia mais perfeita da sua grandiosidade, é 14 vezes maior que Portugal ou, ainda, 96% das áreas reunidas da Espanha, França e Itália. Ao observar-se o mapa físico de Angola, nota-se a existência de uma densa rede hidrográfica e orla marítima. Seus rios não são todos navegáveis, limitando-se a pequenos trechos nos quais isso é possível.

Os rios maiores são: Rio Zaire: navegável em 150 km, tem um caudal de setenta mil metros cúbicos por segundo ( $70.000\text{m}^3/\text{s}$ ), classificando-se, por isso, logo após o Rio Amazonas, que tem oitenta mil metros cúbicos por segundo ( $80.000\text{m}^3/\text{s}$ ) e que é o rio mais caudaloso do mundo; Rio Dande: navegável em 60 km; Rio Bengo: navegável em 196 km; Rio Kuanza: navegável em 258 km, é o maior rio dos que possuem a bacia hidrográfica inteiramente situada em Angola, totalizando seu percurso em aproximadamente mil quilômetros; Rio Cunene: navegável em 190 km, sendo, em extensão, o segundo maior rio de Angola com percurso de 945 km.

Dos desníveis bruscos do solo de Angola, resultam, na formação freqüente de correntezas e cataratas nos cursos de grande parte de seus rios, constituindo apreciáveis fontes de energia em potencial e motivos da atração turística pelas belezas, por vezes surpreendentes de quedas, como as de Calandula, na Província de Malanje.

Em relação ao clima de Angola, dentro da classificação geral situa-se nas zonas climática equatorial e tropical (quentes e húmidas). A sua sucessão rápida de altitudes, como as zonas do litoral, subplanálticas e planálticas, é determinante nos climas locais, regionais com características diferenciadas. No entanto, dois outros fatores, como a latitude e a corrente fria de Benguela, resultam ainda uma maior diversidade de climas. Todavia, pela ação conjunta dos fatores de ordem litosférica, geográfica e hidrosférica, os vários elementos do clima diferem acentuadamente do litoral ao planalto e, até, do litoral norte para o litoral sul, registrando-se, em muitos casos, desvios profundos das características de tais zonas. Angola tem apenas duas estações: 1) tempo do Cacimbo ou inverno, isto é, época não-chuvosa, que vai de maio a setembro; 2) tempo das chuvas ou verão, que se estende de outubro a abril, com temperaturas anuais que variam de (-4,5° C) no inverno a (40,5° C) no verão, em algumas regiões como Tchivinguiro e Chienge, todas na província da Huíla, respectivamente.

Angola possui vastos recursos florestais concentrados, fundamentalmente na província de Cabinda, na floresta de Maiombe, onde predominam madeiras de expressivo valor econômico, tais como pau-preto, ébano, sândalo africano, pau-raro e pau-ferro. O país possui numerosos recursos minerais, destacando-se pelo seu aproveitamento econômico o petróleo, os diamantes, o ferro, o manganês, o cobre, os mármore, e minerais raros. As principais bacias petrolíferas em exploração situam-se junto à costa nas províncias de Cabinda, Zaire, no norte, com uma produção total no país, atualmente, de quase 2.000.000 de barris de petróleo bruto por dia. A área diamantífera da Lunda-Norte é considerada das mais importantes do mundo. A fauna é bastante rica e diversificada, destacando-se a presença da palanca negra gigante (nome científico: *hippotragus niger Varianni*), localizada no Parque Nacional de Cangandala-Malanje, espécie bastante rara da fauna angolana, atual símbolo da principal transportadora aérea angolana, a TAAG (Transportes Aéreos de Angola – Angola Airlines).

## Relações Econômicas com o Brasil

As relações econômicas entre Brasil e Angola marcam o início das relações afro-brasileiras, quando para o Brasil foram trazidos os primeiros africanos na condição de escravos para trabalhar nas lavouras de cana-de-açúcar. O tráfico de escravos foi a base do intercâmbio comercial por cerca de 470 anos. Sem os escravos, o comércio Brasil-África seria praticamente inexistente e, por conseguinte, outra seria a história do Brasil. Angola participou ativamente da formação do povo brasileiro. Além dos escravos, outros produtos compunham a pauta das exportações angolanas para o Brasil, tais como: ouro em pó, marfim, óleo de amendoim, cera branca e amarela, azeite de dendê, etc. Em contrapartida, o Brasil exportava produtos como: aguardente, açúcar, tabaco e outros, reexportava produtos europeus e asiáticos (tecidos, lenços, vinho, manteiga, etc.). A função do Brasil nessas trocas era garantir a permanência de Portugal em Angola, aproveitando seus colonos e, com isso, garantindo também o controle do principal centro abastecedor de mão-de-obra para o Brasil.

A independência brasileira em 1822 abriu uma perspectiva de fortalecimento das relações através da proposta de anexação de Angola pelo Brasil (União Brasil-Angola), a qual se daria mediante o apoio brasileiro aos movimentos rebeldes em Luanda e Benguela contra a Coroa portuguesa. Na verdade, esses movimentos representavam interesses dos negociantes de escravos, os quais viam na possibilidade da União Brasil-Angola uma forma de assegurar a continuidade do tráfico, visto que entre Brasil e Inglaterra não havia sido firmado nenhum acordo, ao contrário de Portugal que, em 1836, assinou acordo com ingleses, pondo fim ao tráfico de escravos. No entanto, pressionado pelos ingleses, o Brasil assinou um acordo com Portugal, no qual se comprometia em não incorporar ao seu império as colônias portuguesas.

Terminado o tráfico em 1850 no Brasil, as relações entraram em declínio. Vários fatores contribuíram, entre eles a inserção definitiva de Angola, assim como das demais colônias africanas, no circuito capitalista, após a Conferência de Berlim, em 1885: Angola passou de exportadora de braços escravos para exportadora de matérias-primas agrícola e mineral. Isso provocou uma mudança qualitativa nas relações Brasil-Angola, as quais perderam o carácter de complementaridade e tornaram-se concorrenciais, assim permanecendo até a independência de Angola. Como economia primária exportadora, concorria com alguns produtos brasileiros, principalmente o café, de que Angola era um dos principais produtores mundiais.

## Considerações Finais

A população atual de Angola é de cerca de 16.000.000 de habitantes. A média da densidade populacional é muito baixa, cerca de 8 habitantes por km<sup>2</sup>. A cidade de Luanda abriga mais de 4.000.000 de habitantes, mas ela foi projetada para 600 mil habitantes.

Hoje, com a paz definitiva, Angola passa por um profundo processo de restauração estrutural, com forte cooperação e recursos aportados pelo governo chinês, reorganizando e reconstituindo a sua esfera política, a sociedade e economia. A região da África Austral está com boa estabilidade política graças ao fim de conflitos de Angola, ao amadurecimento da democracia racial na África do Sul, e na Namíbia, aos progressos da democracia em Moçambique e ao fim também da guerra civil na República Democrática do Congo.

Nos últimos quatro anos, Angola cresce economicamente a ritmo de 20,5% em 2005 com picos de 26% em 2006 e projeção de 29% para 2008, porque os investidores nacionais e estrangeiros reconhecem que o curso trilhado para a consolidação da paz é efetivamente seguro, e irreversível.

Angola é o maior parceiro comercial da China na África, superando a África do Sul. Em 2005, os negócios foram de U\$ 7.000.000.000; em 2006, foram de U\$ 9.300.000.000, estimando-se para 2008 U\$ 10.000.000.000. A China importou 18,2% equivalente a 94.000.000 de barris de petróleo de Angola, do total das importações chinesas de petróleo.

## Referências

BOAVIDA, Américo. *Angola: cinco séculos de exploração portuguesa*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1967.

BRAVO, Manuel. *Angola: transição para a paz, reconciliação e desenvolvimento*. Lisboa: Ed. Hugin, 1996.

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE ECONOMIA. *Angola: província de Portugal em África*. Luanda: Gráfica de Publicações Unidade, 1953.

JOSE, Joveta. *Estratégias de integração da Odebrecht em Angola* (Dissertação de Mestrado). São Paulo: PUCSP, 2002.

MENESES, Solivar Silva. *Mamma Angola: sociedade e economia de um país nascente*. São Paulo: EDUSP, 1999.

OLIVEIRA, Henrique Altmani de. *Política externa brasileira e as relações comerciais Brasil-África* (Tese de doutoramento). São Paulo: USP, 1987.

SANTOS, José Eduardo dos. "Discurso sobre os problemas de Angola". *Revista Tribuna Diplomática* (Embaixada de Angola no Brasil), ano I n° 2, 2000.

SANTOS, Nilcea Lopes Lima. *União Brasil-Angola: uma hipótese na independência*. Brasília: Ed. UNB, 1979.

SILVA, Paula Frassinetti Costa da. *A trajetória política do reconhecimento da independência de Angola pelo Brasil*. Brasília: UNIB, 1989.

VICENTE, São. *Petróleo, política econômica e estratégia em Angola*. Luanda: Ed. INALD, 1994.